



**PREFEITURA DE
VILHENA**
PROCURADORIA

MINUTA DE CONTRATO Nº/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
MUNICÍPIO DE VILHENA-RO, E A EMPRESA
.....
(PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 21093/2025)

Aos ... dias do mês de ... do ano de dois mil e vinte e seis, o **MUNICÍPIO DE VILHENA**, Estado de Rondônia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 04.092.706/0001-81, com sede no Centro Administrativo Senador Doutor Teotônio Vilella, s/n.º, doravante denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Flori Cordeiro de Miranda Junior**, brasileiro, solteiro, agente político, portador da Cédula de Identidade RG sob n.º 304253790 SSP/SP e CPF sob n.º 309.160.068-83, residente e domiciliado na cidade de Vilhena/RO, e, de outro lado,, empresa de direito privado, inscrita no CNPJ nº, com sede a Rua, na cidade de, daqui a diante simplesmente designada **CONTRATADA**, tendo como representante seu (sua)o (a) Sr. (ª), portador (a) da Cédula de Identidade RG nº e CPF sob nº-.., residente na cidade de-.., e acordam na realização do presente Contrato, cuja celebração foi autorizada no Termo de Homologação com ID nº, do Processo Administrativo nº. 21093/2025 e licitado através do Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2026/SEMTRAN – Ampla Participação - do tipo menor preço por lote, nos termos da Lei 14.133/2021, que foi recepcionada pelo decreto Municipal nº 59.678/2023, e o de nº 65.299/2025, e demais legislações aplicáveis, que regem também a forma prevista deste Contrato, nos termos da proposta, submetendo-se os contratantes, às seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO (art. 92, inciso I, Lei nº. 14.133/2021)

1.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento integral de equipamentos e instalação, da implantação de sistema de sinalização semafórica completo em vias urbanas do Município de Vilhena/RO, o objeto será executado por meio de lotes territoriais, cada qual contendo sistema completo e funcional de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, em conformidade com o Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Risco, Nota de Empenho nº/2025, proposta vencedora da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 003/2026/SEMTRAN, constantes no Processo Administrativo nº. 21093/2025, que, com seus anexos, ficam fazendo parte deste termo, independentemente de transcrição para todos os fins e efeitos legais.

1.2 A descrição e quantidade do objeto, encontram-se especificados no quadro constante no item 3. do Termo de Referência.

2. DETALHAMENTO DO SERVIÇO

2.1 A presente contratação tem por finalidade a instalação integral e padronizada de sistema semafórico inteligente, abrangendo o fornecimento, instalação, configuração, testes, documentação e entrega operacional de todos os componentes necessários ao controle de tráfego urbano no Município de Vilhena/RO. O objeto compreende um conjunto tecnológico sistêmico e indivisível, composto por: postes e braços metálicos estruturais;

módulos semafóricos em LED de alta durabilidade; controladores eletrônicos micro processados/inteligentes; botoeiras e contadores regressivos para pedestres; cabeamento elétrico, dispositivos de proteção e conexões; além de todos os serviços de instalação, interligação, calibração, programação, comissionamento e entrega do sistema em pleno funcionamento, acompanhados de documentação técnica e manual de operação. Os pontos de implantação serão os seguintes cruzamentos: Avenida Presidente Nasser com Avenida Celso Mazutti e BR-364, bem como Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes com Avenida Celso Mazutti, BR-364, Rua Cláudio Coutinho e Avenida Marechal Rondon, conforme diagnóstico técnico fundamentado em estudos de fluxo viário, visando à maximização do desempenho da circulação e à redução dos conflitos entre veículos e pedestres.

2.2 O sistema a ser contratado deverá dispor de tecnologia embarcada de sincronismo semafórico, capaz de aperfeiçoar os planos de tempos, possibilitando a formação da denominada “onda verde”, promovendo maior fluidez ao tráfego, reduzindo retenções desnecessárias, contribuindo para a economia de combustível e mitigando o risco de acidentes. Tais medidas gerarão impactos positivos diretos na mobilidade urbana e na segurança viária.

2.3 A empresa será única e exclusiva responsável pelas ações e/ou omissões, relativas ao perfeito funcionamento do sistema de sinalização semafórico proposto, a partir da emissão da pertinente ordem de início dos serviços, se comprometendo a garantir a produção dos equipamentos, por pelo menos 10 (dez) anos, assegurando a disponibilidade de peças de substituição para possível compra futura da Prefeitura, caso se faça necessário. Além disso, deve fornecer garantia de 01 (um) ano sobre defeitos de fabricação de todos os componentes eletrônicos presentes na proposta, declarando expressamente a mesma na proposta apresentada.

3. EXIGÊNCIA DE GARANTIA/CAUÇÃO DO CONTRATO

3.1 Considerando que o objeto da presente contratação refere-se à prestação de serviços de instalação de equipamentos semafóricos, atividade que envolve serviço técnico especializado, riscos operacionais, responsabilidade sobre equipamentos de alto valor, impacto direto na segurança viária e na mobilidade urbana, bem como a necessidade de garantia da fiel execução contratual, será exigida garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

3.2 A exigência da garantia se justifica para resguardar a Administração Pública contra eventuais inadimplementos, atrasos na execução, falhas técnicas na instalação, danos aos equipamentos, necessidade de reexecução dos serviços e prejuízos ao interesse público, assegurando a adequada conclusão do objeto contratado. A garantia contratual poderá ser apresentada em uma das seguintes modalidades, a critério da contratada, conforme previsto em lei:

A. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;

B. seguro-garantia;

C. fiança bancária. Será exigida garantia contratual de 5% do valor total do contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

4. CONTROLADOR ELETRÔNICO DE TRÁFEGO PARA 6/12 FASES – CENTRALIZADO

4.1 Introdução

4.1.1 O equipamento controlador semafórico de tráfego deverá ser de tecnologia digital em estado sólido, dotado de microprocessador, com estrutura dinâmica, apta às necessidades do local ou planejamento viário. Deverá apresentar concepção modular e com circuitos integrados montados em placa de circuito impresso confeccionada em fibra e conectores tipo plug-in.

4.1.2 O Equipamento deverá utilizar o conceito de programação sendo no conceito de “intervalo”. Equipamento - Essa descrição utilizará basicamente o conceito de “intervalo” para cada passo da sequência semafórica, que substitui o conceito de estágios, onde necessário será informado sobre a alteração para a utilização do conceito de estágios. Os

intervalos chamados de principais correspondem aos tempos de verde dos estágios, e os intervalos chamados de secundários correspondem aos entreverdes.

4.2 Partes mecânicas

4.2.1 Os módulos do controlador deverão ser fixados por elementos que os impeçam de cair ou desencaixarem por vibrações através dos seus guias e por parafusos do tipo prisioneiro recartilhado, deverá ser devidamente identificado frontalmente e possuir sistema de segurança mecânica (não podendo ser apenas visual) junto ao controlador para que um módulo só encaixe no slot que o pertence.

4.2.2 Os módulos deverão possuir também identificação individual contendo o código, o número de série e data de fabricação (mês/ano). Em hipótese alguma deverão existir dois módulos com o mesmo número de série. O suporte do módulo deverá ser fabricado em chapa de aço SAE 1010 na espessura de 0,8mm e possuir pintura eletrostática na cor cinza com acabamento para proteção anticorrosivos.

4.2.3 Deverá possuir também rack de acordo com a quantidade de fases necessária para abrigar todos os Slots necessários.

4.2.4 O gabinete deverá ser de chapa de aço SAE 1010 ou chapa de alumínio naval com espessura de 1,5 mm e possuir pintura eletrostática na cor cinza para acabamento com proteção anticorrosivos, medindo aproximadamente 550 x 490 x 290 mm, possuir um sistema de “roof” em cima da tampa para auxiliar na vedação em cima da tampa do gabinete e serem fornecidos com suportes ajustáveis para fixação em coluna cilíndrica de 114 mm e com Flange na parte inferior da caixa para proteção dos cabos.

4.2.5 O acesso à fixação do gabinete deve ser feito exclusivamente pela parte interna do gabinete para evitar vandalismo. Não serão aceitos gabinetes cuja fixação tenha acesso externo.

4.2.6 A porta do gabinete deve ser removível quando totalmente aberta e deverá conter duas fechaduras com chaves ou fenda tipo “Lingueta” para todos os controladores, de tal forma que dificulte a violação por tentativa de arrombamento e não deverão possuir pegas ou abas para fora do gabinete a fim de dificultar atos de vandalismos. Em caso de fechaduras com chaves, as mesmas só deverão sair da fechadura quando estiverem trancadas. Na parte interna do gabinete do controlador deverá existir um compartimento para acondicionar documentos (folhas de programação) referentes ao controlador.

4.2.7 Os controladores deverão estar aptos a funcionar em campo com temperatura ambiente externa na faixa de -5 (cinco) a + 55 (cinquenta e cinco) graus centígrados com insolação direta, umidade relativa do ar de até 90% (noventa por cento), em atmosfera com presença de elementos oxidantes, corrosivos, oleosos e poeira particulada.

5. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

5.1 Possuirão nos controladores os seguintes módulos:

- a. CPU;
- b. Potência;
- c. Fonte de Alimentação;
- d. Comunicação GPRS – Modem de Comunicação
- e. Comunicação Cabos elétricos ou Fibra óptica
- f. Placa de Laço Indutivo
- g. Placas de Entradas/Saídas de sensores, botoeiras, etc. Com no mínimo 8 entradas ou saídas (laço indutivo ou detector virtual, botoeira, manual, pulso manual, prioritário);
- h. Rack semafórico;

5.2 Os controladores deverão possuir no mínimo de 04 (quatro) fases e no máximo de 12 (doze) fases. Deverão possuir também a quantidade mínima de 15 (quinze) tabelas, além da tabela de intermitente e do apagão geral. Para cada tabela de tráfego, o equipamento deverá permitir tempos distintos dos estágios e dos respectivos entre verdes.

5.3 Para cada entre verde deve ser possível programar os tempos de alívio (bloqueio) diferente para cada fase semafórica. Possuir quantidade de no mínimo 40 (quarenta) planos por dia, tendo capacidade para admitir programações distintas para cada dia da semana. Na placa de CPU ou de rede os controladores deverão possuir um conector serial

ou USB para conexão de notebook, palmtop ou equipamento dedicado para transmissão e recepção em campo das programações semafóricas (sendo permitidos programadores de conexão remota), com suas devidas segurança de conexão e transmissão.

5.4 Na parte frontal do controlador deverá possuir ao menos 1 (um) Disjuntor do tipo DR 25 A - 300mA para ligação do Controlador Completo, e também 1 (um) Disjuntor comum de 16 Amper de para ligar e desligar apenas os focos semafóricos, chaves manual do tipo alavanca incorporada diretamente aos módulos de fonte do controlador para ativação do amarelo intermitente, funcionamento manual e pulso manual.

5.5 Deverá ser possível alterar/fazer uma programação no controlador com o mesmo em funcionamento dos focos normal, sem que entre em amarelo intermitente.

6. MODOS DE OPERAÇÃO

6.1 Os controladores deverão funcionar nos seguintes modos de funcionamento:

6.1.1 Modo Intermitente

6.1.1.1 Neste modo, todos os grupos focais veiculares operam em amarelo intermitente. A frequência de intermitência deverá ser de 1 (um) Hz.

6.1.1.2 Este modo poderá ser acionado a partir dos seguintes eventos:

- a) Detecção, pelo próprio controlador, de alguma falha que possa comprometer a segurança do trânsito de veículos e/ou pedestres (detecção de verdes conflitantes, falta da fase vermelha, verdes excessivamente curtos, etc.);
- b) Outras falhas detectadas pelo microprocessador, como inconsistência de dados etc.
- c) Detecção de falhas "WDT".
- d) Quando da energização das lâmpadas dos grupos focais ou ao restaurar-se a energia no controlador (seqüência de partida);
- e) Por requisição interna do controlador, devido à chamada de uma tabela, caracterizado como intermitente, durante um período programado;
- f) Acionamento manual pela chave seletora na frente do controlador.

6.2 Modo Manual

6.2.1 A operação em modo manual dar-se-á por acionamento pelo operador em campo. Durante a operação em Modo Manual, os tempos de entreverdes continuarão sendo respeitados de acordo com os tempos programados e não deverá ser determinado pelo operador, mas pela programação interna do controlador.

6.2.2 Deverão existir mecanismos de segurança que evitem tempos de verdes excessivamente curtos (tempo de verde de segurança).

6.2.3 O acionamento do modo manual se dará através de chaves do tipo alavanca existentes na frente do próprio controlador, assim como deverá possuir também uma chave do mesmo tipo para dar os pulsos. Não serão admitidos Sistemas que tenham que ser inseridas qualquer tipo de entradas nos controladores para funcionar o modo manual.

6.3 Modo Isolado a Tempos Fixos

6.3.1 O controlador deverá seguir a sua programação interna, mantendo tempos fixos de ciclo e de estágios, de acordo com os valores especificados pelo plano vigente.

6.3.2 A temporização dos estágios deverá ser derivada de seu relógio interno, controlado por cristal e sincronizado com o GPS.

6.3.3 As mudanças de planos serão implementadas através da Tabela de Mudanças de Planos, tomando como referência o mesmo relógio que especifica os parâmetros de horário, ou seja, segundos, minutos, horas e dias da semana.

6.3.4 Neste modo, não poderá haver estágios de duração variável e nem estágios dispensáveis.

6.4 Modo Isolado Atuado

6.4.1 O controlador deverá seguir a sua programação interna, de acordo com os valores especificados pelo plano vigente.

6.4.2 A temporização dos estágios deverá ser derivada de seu relógio interno, controlado por cristal e sincronizado com o GPS.

6.4.3 As mudanças de planos no controlador escravo serão implementadas através de sua própria tabela de Mudanças de Planos, tomando como referência o mesmo relógio que especifica os parâmetros de horário, ou seja, segundos, minutos, horas, dias da semana. No Modo Isolado Atuado, poderá haver estágios dispensáveis e/ou estágios de duração variável.

6.4.4 A solicitação de estágio fixo dispensável, quando veicular, deverá atender de forma semelhante aos requisitos exigidos para estágios dispensáveis de pedestres.

6.5 Modo Sincronizado a Tempos Fixos

6.5.1 O controlador deverá seguir a sua programação interna, mantendo tempos fixos de ciclo, de estágios e de defasagem, de acordo com os valores especificados pelo plano vigente.

6.5.2 A temporização dos estágios deverá ser derivada de seu relógio interno, controlado por cristal e sincronizado com o GPS.

6.5.3 As mudanças de planos nos controladores serão implementadas através de sua Tabela de Mudanças de Tabelas, tomando como referência o mesmo relógio que especifica os parâmetros de horário, ou seja, hora, minutos, segundos e dias da semana.

6.5.4 É imprescindível que os relógios ou controladores sejam ajustados pelo relógio do controlador, obedecendo a uma periodicidade igual ou inferior a 10 minutos entre os dois ajustes consecutivos.

6.5.5 O parâmetro defasagem deverá ser programado dentro do plano de cada controlador.

6.5.6 Quando ocorrer algum problema que impeça a comunicação entre o controlador primário e seus devidos seguidores, estes últimos deverão continuar a operar normalmente, de acordo com a sua programação interna.

6.6 Modo Centralizado

6.6.1 Os planos de tráfego a serem cumpridos pelo controlador deverão ser aqueles contidos na Central de Controle de Semáforos de acordo com a Tabela de Troca de Planos da Central. Durante a operação em Modo Central, nenhuma modificação localmente poderá ser feita na programação e/ou operação do controlador, sem o consentimento da Central.

6.6.2 Neste modo o operador poderá realizar também forçamento remoto de planos.

7. PRINCÍPIOS

7.1 Os controladores deverão possuir no mínimo de 2 fases e no máximo de 12 fases.

7.2 Os controladores deverão registrar, pelo menos, as últimas 30 (trinta) falhas ocorridas (falta de energia, verdes conflitantes, falta de focos: Vermelho, Amarelo e Verde, tempo de máxima permanência em um estágio, falhas de comunicação e falha de hardware) com a indicação da data (dia/mês/ano) e hora de ocorrência.

7.3 Os controladores deverão operar nas 3 seguintes condições:

a) Como controlador semafórico isolado;

b) Como controlador semafórico que integra uma rede local de semáforos Sincronizados: Deverá possibilitar que um controlador seja denominado “controlador mestre”, o qual deverá ser responsável pela operação sincronizada de todo o conjunto de controladores que compõem a rede semafórica. A fim de viabilizar esse objetivo, o controlador mestre deverá operar com defasagens específicas a fim de ser a referência para seu controlador escravo;

c) Através do sistema Web da Central de Controle de Semáforos ligado em rede remota via Computado (CPU), notebook, móbile ou dispositivo similar, deverá permitir que as programações inseridas no banco de dados do sistema possam ser transmitidas (enviadas e recebidas) aos controladores desejados, como deverá também permitir a edição de todos parâmetros de programação e verificar o status de funcionamento de cada controlador informando “online” as falhas apresentadas.

8. CARACTERÍSTICAS ELÉTRICAS

8.1 O controlador em corrente alternada deverá funcionar na frequência de 60 Hz e nas tensões nominais de 110V/220V \pm 10% Volts.

8.2 O controlador deverá ser protegido contra sobre correntes, sobre tensões, surtos e transientes (descargas atmosféricas), através da utilização de disjuntores DR e comuns, fusíveis onde necessários Dispositivos de proteção contra Surtos DPS, varistores e demais dispositivos de proteção adequados, devendo atender as normas ABNT aplicáveis a equipamentos elétricos.

8.3 O controlador deverá possuir, no mínimo, os seguintes dispositivos de acionamento e proteção todos devidamente identificados:

- a) Disjuntor geral DR para ligar/desligar todo o controlador;
- b) Disjuntores para ligar/desligar as lâmpadas dos grupos focais sem desligar os circuitos lógicos do controlador;
- c) Dispositivo de Proteção contra Surtos - DPS
- d) Chave seletora para modo "teste e operação";
- e) A chave seletora descrita no item "d" quando colocada na posição "ON" não deverá monitorar as lâmpadas dos grupos focais, porém deverá continuar a mostrar a operação do plano programado por sinalização via leds integrantes do módulo de 3 do controlador.
- f) O controlador deverá possuir proteção independente para todas as fases com existência de fusível ou dispositivo similar, pelo menos, em cada fio de "retorno" das mesmas.
- g) O controlador deverá oferecer pelo menos uma tomada universal de acordo com a norma NBR 14136 com pino terra e com tensão da rede de alimentação, com capacidade para 1000 Watts. Esta tomada não deverá ter acesso externo ao gabinete e possuir identificação da sua potência máxima.
- h) As partes removíveis contendo equipamentos elétricos que integram o controlador deverão ser efetivamente ligadas à massa do gabinete do controlador, não sendo suficiente o simples contato de apoio entre chassi e suportes.

8.4 Deverá ser prevista a existência de um borne para cada fio proveniente das ligações:

- a) Conectores de passagem de no mínimo 2,5 mm² para os grupos semafóricos, inclusive para o fio "retorno" das mesmas, em cores iguais, porém diferente de Verde/Amarelo Junto (brasileirinhos, utilizados para identificação de terra) e também da cor Bege.
- b) Conectores de passagem para cabos de no mínimo 6mm² para a ligação dos cabos de entrada de energia na cor Azul.
- c) Conector de passagem para cabos de no mínimo 6 mm² para a ligação do cabo de Terra, na cor Verde/Amarelo.
- d) Os fios internos deverão ser dispostos em rotas adequadas, de modo a nunca serem atingidos por portas ou quaisquer outras partes móveis.
- e) O controlador deverá estar apto a acionar lâmpadas halógenas, incandescentes e módulos semafóricos à Leds.
- f) Os circuitos que acionam as lâmpadas devem ser projetados para evitar que na transição das cores ocorram situações visíveis de luzes apagadas ou de luzes simultâneas na mesma fase semafórica.
- g) Quando do uso de lâmpadas halógenas ou módulos semafóricos à Leds, o controlador deverá suprir tensão nominal de rede para alimentação do foco semafórico.
- h) Os circuitos de acionamento das lâmpadas deverão ser feitos a base de triacs.

9. MÓDULOS INTEGRANTES

9.1 Todos módulos eletrônicos integrantes do controlador de acordo com suas respectivas funções deverão ser intercambiáveis entre os controladores fabricados independentemente do número de fases de cada equipamento.

9.2 Cada controlador deverá apresentar os seguintes módulos em quantidades e funções abaixo relacionadas:

9.2.1 Módulo de Potência - Cada módulo de potência deverá suprir 2 (duas) fases semafóricas independente de ser veicular ou pedestre e cada canal de cor deverá ter capacidade mínima de 1500 Watts ou 12A para qualquer tensão de alimentação, sendo responsável pelo acendimento das lâmpadas dos grupos focais e possuir circuito que permita monitorar os focos vermelhos e verde. Deverá apresentar indicação através de

leds presentes no próprio módulo para demonstração do acionamento de cada canal de cor que esteja em curso dispostos de modo a simular o funcionamento do semáforo.

9.2.2 Quanto à detecção de falta de focos, deverá ser possível programar o controlador de maneira a determinar quais são os focos vermelhos que serão monitorados para que o mesmo não entre em amarelo intermitente pela falta de focos de vermelho pedestre, uma vez que tal não compromete a segurança do cruzamento;

9.3 Módulo de Comunicação

9.3.1 Deverá prover a comunicação de dados em rede local e ser interface de conexão à rede remota (Central de Controle de Semáforos). Este módulo deverá possuir disponibilidade de conexão a rede através de modem GPRS ou cabo de rede ou fibra óptica. O tipo de comunicação a ser utilizada deverá ser informado ao fabricante para que os controladores já venham dispostos de uma destas placas, em caso de não haver a informação os controladores poderão ser enviados padronizados para a comunicação GPRS.

9.3.2 O mesmo deverá conter proteção contra surtos e transientes (anti-raio).

9.4 Módulo de Alimentação ou Fonte

9.4.1 Deverá prover a alimentação elétrica dos módulos eletrônicos componentes do controlador e conter proteção contra surtos e transientes (anti-raio). É neste módulo que deverá possuir as chaves de seleção de modos e funcionamentos já citados acima, as mesmas deverão ser já fixadas a placas de circuito impresso a fim de garantir a eficiências das mesmas.

9.5 Módulo de Programação (CPU)

9.5.1 Deverá ser composto pelas memórias, microprocessadores e circuitos lógicos necessários a programar, armazenar e comandar a execução da programação, também monitorar o funcionamento do hardware. Este módulo é o cérebro do sistema, é nele quem deve centralizar todos os dados necessários para o processamento das informações. Este módulo deverá possuir 2 leds, um na cor vermelho para sinalizar que a placa está alimentada e um na cor verde piscando para sinalizar que o processador está processando as informações corretamente, caso haja algum problema com o processador o mesmo deverá ficar aceso ou apagado constantemente.

9.5.2 Os módulos de CPU deverão ser formados pela placa eletrônica medindo aproximadamente 145 x 130 mm que contém os circuitos e pelo suporte do módulo de acordo com as especificações citadas acima denominada "Parte Mecânica".

9.6 Rack do controlador

9.6.1 Deverá Possuir um Rack manufaturado com chapas de aço SAE 1010. O processo produtivo consiste de estamparia por punção CNC e viradeiras também CNC. O processo de pintura utilizado deverá ser o eletrostático com tintas a base de poliéster (ou superior). As medidas do Rack deverão ser aproximadamente em 360 x 255 x 160mm (tolerância de $\pm 10\%$). As medidas indicadas se justificam pois, a partir de estudos da secretaria requisitante, as dimensões atendem ao padrão utilizado pelo município. Deverá possuir também guias com alto padrão de qualidade para sustentação das placas de circuito impresso. O rack deverá também possuir roscas fêmeas para fixação dos parafusos dos módulos do controlador. Na parte inferior do controlador ainda dentro do gabinete deverá possuir uma régua de Bornes com molas, com fixação do tipo padrão DIN para conexões dos cabos elétricos.

10. CARACTERÍSTICAS FUNCIONAIS

10.1 Base de Tempo dos Parâmetros Programáveis

10.1.1 As temporizações programáveis do controlador deverão ser derivadas do seu relógio interno, onde o "segundo" deverá ser utilizado como a unidade de incremento do tempo de verde, tempos de segurança, amarelo, vermelho total e tempo de extensão verde.

10.1.2 Monitoração do tipo WDT (Watch-Dog-Timer) para garantir o bom funcionamento da CPU, sendo importante possuir tecnologia para garantir amarelo piscante nos focos mesmo com problema ou ausência das placas de CPU e Potência.

10.2 Verdes Conflitantes

10.2.1 Deverá ser possível configurar as fases conflitantes através de programação por estados a qual deverá ter a função de indicar quais fases semafóricas não poderão ter verdes simultâneos.

10.2.2 A constatação da presença de uma situação em que a Tabela de Verdes Conflitantes não esteja sendo respeitada deverá conduzir o controlador para amarelo intermitente em no máximo um segundo. O controlador deverá possuir o recurso de auto reset da seguinte forma: após a entrada no modo amarelo intermitente por motivo de falha, o controlador deverá executar pelo menos 01 (uma) verificação ou no máximo 03 (três) a fim de constatar permanência da falha e após as verificações, caso a mesma não seja crítica ou tenha sido depurada no autoreset o controlador deverá retornar ao funcionamento normal, saindo do modo intermitente.

10.2.3 Independentemente do motivo que tenha conduzido o controlador ao modo intermitente, ao retornar à normalidade ele deverá impor a sequência de partida.

10.2.4 Mesmo que o controlador consiga voltar ao funcionamento normal, através do recurso de auto reset, a falha que levou o controlador ao modo amarelo intermitente, embora não mais presente, deverá ficar registrada como ocorrência de falha.

10.3 Falta de Energia

10.3.1 Quando ocorrer falta de energia elétrica a programação interna dos parâmetros de cada plano programado deverá ser mantida em memória não volátil.

10.4 Sequência de Partida

10.4.1 Quando o controlador for ligado e as lâmpadas dos grupos focais forem energizadas ou ao restaurar-se a energia no controlador à normalidade em eventual falta de energia, os grupos semafóricos veiculares, antes de mudarem para o estágio requerido, deverão permanecer 5 (Cinco) segundos em amarelo intermitente (os grupos de pedestres deverão ficar apagados), seguidos por 5 (Cinco) segundos de vermelho Geral em todos os grupos semafóricos (inclusive de pedestres).

10.5 Sequência de cores

10.5.1 O controlador deverá permitir a seguinte sequência de cores para os semáforos:

10.5.2 Grupos focais veiculares

Verde - Amarelo - Vermelho - Verde

10.5.3 Grupos focais de pedestres

Verde - Vermelho Intermitente – Vermelho - Verde

11. PERÍODO DE ENTREVERDES E TEMPOS DE SEGURANÇA

11.1 Os valores dos tempos que compõem o período de entreverdes deverão poder ser programados, independentemente, para cada estágio e plano.

11.2 O período de entreverdes deverá ser composto pelos seguintes parâmetros:

11.2.1 Período de amarelo e/ou vermelho intermitente (pedestre), ajustável, pelo menos entre 3 (três) e 7 (sete) segundos.

11.2.2 Período de vermelho de segurança, ajustável, pelo menos entre 0 (zero) e 9(nove) segundos.

11.3 O tempo de verde de segurança deverá ser respeitado por todos os planos e permitir ser programado, pelo menos, entre 3 (três) e 20 (vinte) segundos.

11.4 Mudança de Planos e Mudança de Modos

11.4.1 O controlador deverá possuir uma Tabela Horária de Mudanças de Planos na qual poderão ser especificados em no mínimo 48 (quarenta e oito) eventos de ativação de planos por dia. Cada plano deverá ser ativado a partir desta tabela com horário e dias da semana. Os eventos de ativação de planos deverão ter como resolução mínima de programação “DIA DA SEMANA/ HORA/ MINUTO”.

11.4.2 Para todo o acerto de relógio o plano vigente deverá ser resincronizado, ou mesmo substituído, de modo a se adequar novamente à Tabela de Mudanças de Planos e aos parâmetros do plano correspondente.

11.4.3 A ressonância não deverá afetar as memorizações de demanda para os estágios dependentes de demanda.

12. PROGRAMAÇÃO

- a) As funções de programação e verificação de ocorrências deverão ser executadas através de notebook, Tablet ou dispositivo portátil.
- b) A tela de programação deverá viabilizar a completa programação. E visualizar os erros na memória do controlador através de uma solicitação em sua tela específica.
- c) O teclado / tela de programação deverá apresentar as seguintes características:
- d) Todas as teclas e mostradores deverão ter identificação através de números ou letras, de tal forma que facilitem a operação do mesmo;
- e) O teclado de programação deverá apresentar teclas que contenham recursos para a inserção de algarismos de 0 a 9 e teclas especiais de funções e comandos;
- f) Ter grau de proteção contra respingos de água;

12.1 Função da Programação

12.1.1 Essa programação pode ser proporcionada das seguintes formas:

- a) Diretamente no controlador, através do dispositivo eletrônico.
- b) Remotamente, quando operando em modo central, através da própria Central de Controle.

12.2 Dados operacionais, por plano:

- a) Modalidade do plano.
- b) Quantidade de intervalos (até 12).
- c) Cores das fases para todos os intervalos
- d) Modalidade dos intervalos.
- e) Tempos dos intervalos (1 até 250 segundos, resolução 1 segundo, para os intervalos principais e 1,0 até 10 segundos, resolução de 1 segundo para os intervalos secundários).
- f) Tempos mínimos dos intervalos quando o plano é coordenado (1 a 99 segundos, resolução 1 segundo).
- g) Tempos complementares para os intervalos atuados (1 até 99 segundos, resolução 1 segundo para o tempo mínimo fixo e 1 até 10 segundos, resolução de 1 segundo para as extensões).
- h) Defasagem: 0 a tempo de ciclo, resolução 1 segundo, para os planos Sincronizados.
- i) Tempo máximo do ciclo (até 999 segundos).

12.3 Horário

- a) Dia da semana, hora, minutos e segundos. Até 40 datas especiais de acordo com a necessidade.
- b) Horários de entrada dos planos.
- c) Cada programa de entrada de planos deverá constar de: dia da semana e horário de entrada (hora, minuto e segundo). Capacidade de pelo menos 256 programas, resolução 1 segundo.

12.4 Funções do Programador

- a) Visualizar horário.
- b) Visualizar ocorrências.
- c) Programar planos.
- d) Programar horários de entrada de planos.

12.5 Funções de Verificação

- a) Leitura e verificação do relógio interno do controlador;
- b) Leitura e verificação das indicações de falhas (ocorrências do controlador).

12.6 Segurança Operacional

12.6.1 Os seguintes parâmetros são continuamente verificados:

12.6.1.1 Em termos de controle:

- a) O cumprimento da seqüência correta das cores das fases semaforicas.
- b) O cumprimento dos tempos mínimos de segurança das fases e dos intervalos de alívio (entreverdes).
- c) Supervisão do microprocessador pelo "watchdog timer"

- d) Integridade dos dados armazenados nas memórias do controlador.
- e) O cumprimento do ciclo dentro do respectivo tempo máximo programado.

12.6.1.2 Em termos de saída

12.6.1.2.1 Supervisão permanente dos focos verdes das fases em nível de tensão, através da comparação contínua entre o comando executado e a leitura efetuada. Qualquer divergência entre comando e leitura gera uma situação de anomalia o que leva prontamente o controlador ao Modo Piscante Forçado. Funcionamento dos focos semafóricos de cada fase

12.6.2 De acordo com a divergência verificada as seguintes anomalias poderão ser constatadas

- a) Falta de fase.
- b) Erro de comando da fase.
- c) Erro de comando da fase e situação de conflito.
- d) O processo de comparação entre o comando efetuado e a leitura da saída correspondente, representa uma forma segura e eficiente de monitoramento e supervisão de falhas, sobretudo nos casos de conflito.
- e) Supervisão permanente dos focos vermelhos das fases, em nível de corrente, possibilitando assim a pronta detecção de eventual situação de falta de fase (cor vermelha).
- f) Em qualquer um desses casos de anomalia, a ação do Modo Piscante Forçado ocorre dentro de 200 a 1250 milissegundos.

12.6.3 O equipamento deverá estar baseado na ABNT NBR 16653/2017.

12.6.4 O Controlador deverá acompanhar LAUDO comprovando que a tecnologia atribuída na fabricação do produto atende aos requisitos qualitativos constantes na norma ABNT NBR 16653/2017, contendo no mínimo os seguintes ensaios:

- 1) Informações iniciais da amostra: Fabricante, modelo da amostra, número de controle do ensaio, autenticação digital ou por cartório, data da inspeção e metodologia aplicada.
- 2) Apresentar as capacidades do controlador, com no mínimo o número de fases, estágios ou intervalos, planos e detectores;
- 3) Características de alimentação;
- 4) Modos de programação e operação;
- 5) Dispositivos de proteção elétrica;
- 6) Ensaio de Grau de Proteção IP 54 ou superior;
- 7) Ensaio ABNT NBR 60589/2017;
- 8) Modos de programação ou acesso;
- 9) Memória do equipamento;
- 10) Ensaio dos módulos eletrônicos;
- 11) Ensaio da norma IEC 61000-4-11;
- 12) Ensaio da norma IEC 61000-4-2;
- 13) Ensaio da norma IEC 61000-4-3;
- 14) Ensaio da norma IEC 61000-4-4;
- 15) Ensaio da norma IEC 61000-4-5;
- 16) Ensaio da norma IEC 61000-4-6;
- 17) Atendimento à ABNT NBR 16653/2017.

12.6.5 Grupo Focal Principal Chroma com auxiliar luminoso à Led - O Grupo Focal com efeito Cromático tem como objetivo causar maior impacto visual frente aos modelos convencionais utilizados no mercado nacional. Isso representa uma grande vantagem, considerando que a mensagem visual tem maior poder de alcance e pode chamar a atenção de condutores e pedestres com maior eficiência, dada suas dimensões e seus efeitos luminosos interativos;

12.6.6 A Lei Nº 14.133/2021 prevê em seu Art. 47, inciso I, a observância de alguns princípios, dentre eles as especificações estéticas, que também possuem fundamentos relevantes no contexto geral da utilização destes equipamentos. Nesse sentido, é justificada a exigência de modelo em consonância com as especificações técnicas uma vez que as vantagens se mostram presentes em relação a outros dispositivos, considerando também que o fator estético é legal;

13. DESCRITIVO TÉCNICO

13.1 O detalhamento do Descritivo técnico da presente contratação encontram-se no Item 20. e 21. do Termo de Referência.

14. DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

14.1 A CONTRATADA deverá realizar os seguintes serviços:

14.1.1 Obras Cíveis de Infraestrutura e Elétrica

- a. Efetuar instalação conforme normas vigentes de sinalização semafórica;
- b. Verificar a visibilidade ideal para colocação de pórticos e braços;
- c. Verificar a visibilidade ideal para colocação de colunas
- d. Implantar as colunas a uma distância mínima de 0,6m do meio fio da calçada.
- e. Espera de no mínimo 24 horas para cura do concreto (secagem);
- f. Implantação do braço projetado com vão livre aproximadamente de 5,5m da via;
- g. Montagem dos grupos focais semafóricos veiculares e pedestres;
- h. Implantar os grupos focais principais com vão livre aproximadamente de 4,7m da via;
- i. Implantar os grupos focais pedestres com altura mínima de 2,0m da calçada;
- j. Passagem de cabos aéreos.

14.1.2 Verificação de Componentes Eletrônicos

- a. Efetuar medições de tensões, correntes e potências envolvidas;
- b. Verificar funcionamento de bolacha led, contador, placa de controlador (CPU, Potência, Opcional e outras) pelo prazo mínimo de duas horas após a instalação dos mesmos;
- c. Fazer verificação de aterramentos implantados, proteção de surtos e fixação, visando à proteção e longevidade dos componentes;
- d. Fazer Relatório Diário de Obra do serviço, e todos os componentes dos conjuntos semafóricos implementados.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- a. Responsabilizar-se integralmente pelo frete, transporte, seguro e entrega de todos os materiais, equipamentos e componente objeto do contrato até o Município de Vilhena/RO, sem qualquer custo adicional à Administração, devendo realizar a entrega no endereço indicado pela SEMTRAN.
- b. Executar dentro da melhor técnica os serviços contratados;
- c. Assegurar, durante a execução da obra, a proteção e conservação dos serviços;
- d. Executar, imediatamente, os reparos que se fizerem necessários nos serviços;
- e. Permitir e facilitar à Comissão de Fiscalização em qualquer dia e hora, devendo prestar todos os informes e esclarecimentos solicitados;
- f. Formalizar por escrito à Comissão de Fiscalização a ocorrência de qualquer fato, condições que possam atrasar ou impedir a conclusão da obra, em parte ou no todo, de acordo com o cronograma físico, indicando as medidas para corrigir a situação;
- g. Caso não sejam atendidas as condições previstas nas especificações técnicas anexa deverá a contratada, às suas expensas, executar as modificações ou troca de equipamentos que se fizerem necessárias para obtenção das condições mencionadas.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (Art. 92, Inciso XIV da lei 14.133/2021)

- a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos.
- b. Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa fornecer os materiais e equipamentos dentro das especificações exigidas no Termo de Referência.
- c. Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao objeto solicitado.

- d. Encaminhar a nota de empenho para a CONTRATADA.
- e. Conferir os materiais e equipamentos recebidos/serviços prestados e as notas fiscais se os mesmos estão de acordo com a nota de empenho.
- f. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos.
- g. Fiscalizar a entrega/prestação dos serviços do objeto podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer, no todo ou em parte, qualquer entrega que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste Instrumento.
- h. Notificar, por escrito, a CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução das obrigações assumidas, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas no Termo de Referência.
- i. Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato ou seu equivalente.
- j. Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos no Termo de Referência.
- k. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato ou seu equivalente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO, CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ABRANGÊNCIA (Art. 92, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021)

17.1 O objeto desta contratação, referente ao fornecimento de equipamentos e à prestação dos serviços de instalação do sistema de sinalização semafórica inteligente (sistema semafórico urbano) deverá observar o prazo global compreendido entre 30 (trinta) e 60 (sessenta) dias, contados da assinatura do contrato, contemplando:

- a) entrega dos materiais;
- b) inspeção e verificação de conformidade pelo Almojarifado;
- c) início e conclusão da execução dos serviços de instalação.

17.2 O transporte, frete, seguro e entrega de todos os materiais, equipamentos necessários à execução do objeto até o Município de Vilhena/RO serão integral e exclusivamente de responsabilidade da CONTRATADA, não cabendo qualquer custo adicional à Administração, devendo os mesmos ser entregue no local indicado pela Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito, qual seja: Almojarifado Central, situado na Avenida Antônio Quintino Gomes, nº 3695, Bairro Jardim América, CEP 76980-814. As entregas serão recebidas de segunda-feira a quinta-feira, das 7h às 10h e das 13h às 16h, e às sextas-feiras, das 7h às 12h, observando-se rigorosamente os horários estabelecidos.

17.3 A entrega dos equipamentos ocorrerá inicialmente em caráter provisório, no Almojarifado, para conferência quantitativa, mediante aposição de carimbo e assinatura no comprovante de recebimento e/ou Nota Fiscal eletrônica, devidamente datados, nos termos do Art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

17.4 Após o recebimento provisório, o Almojarifado Central realizará, em até 05 (cinco) dias úteis, a verificação da conformidade técnica dos materiais entregues com as especificações constantes do Termo de Referência, da Proposta Comercial e da Nota de Empenho.

17.5 A execução e instalação dos equipamentos somente poderão ser iniciadas após a aprovação da verificação de conformidade prevista no item anterior, sendo vedada a execução com materiais pendentes de análise, irregulares ou não aprovados.

17.6 Não serão aceitos equipamentos ou materiais com marca, especificações ou modelo diferentes daqueles apresentados na proposta vencedora. Constatada divergência ou incompatibilidade técnica, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição integral, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sem que tal situação implique prorrogação automática do prazo.

17.7 O recebimento definitivo somente ocorrerá após a conclusão da instalação, realização de testes de funcionamento e aceitação técnica dos serviços e equipamentos pela

CONTRATANTE, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA quanto à garantia, durabilidade e qualidade dos materiais e serviços objetos do presente contrato.

17.8 Os pagamentos decorrentes desta contratação estarão condicionados à comprovação da execução, mediante apresentação de Nota Fiscal regularmente emitida, e à fiscalização, aprovação e aceitação dos serviços e do recebimento definitivo pela CONTRATANTE, não havendo qualquer obrigação de pagamento por parte da Administração enquanto pendente a regular verificação dos serviços prestados.

17.9 Consideram-se inclusos no preço contratual todos os custos diretos e indiretos necessários à boa execução do objeto, compreendendo, entre outros, impostos, encargos trabalhistas, civis, previdenciários, tributários, materiais, equipamentos, mão de obra, transporte, logística, e quaisquer despesas correlatas, não cabendo à CONTRATANTE ônus adicional além do valor pactuado.

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, inciso VIII)

As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte programação: **R\$** (.....), da unidade orçamentária: 10.001 – Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito; Projeto Atividade: 26.452.0058.2.235 – Sinalização Viárias Urbana, Elemento de Despesa: 3.3.9.0.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; 4.4.9.0.52.00.00 – Equipamento e Material Permanente; Fonte de Recurso: –; conforme Solicitação de Despesa nº ..., de, de 2026 e Nota de Empenho nº, de, de, de 2026.

19. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1 Os pagamentos serão realizados após 30 dias da apresentação de nota fiscal entregue, desde que esteja de acordo com a ordem de compra assinada por pessoa designada pelo Secretário Municipal de Transportes e Trânsito;

19.2 Para habilitar-se ao pagamento a CONTRATADA, deverá protocolar na Prefeitura Municipal, de Vilhena–, Nota Fiscal/Fatura, especificando o objeto, seus quantitativos e seus correspondentes valores em moeda corrente nacional, devendo estar formalmente atestados pelos gestores do contrato;

19.3 Caso a proponente não protocolize seu pedido de pagamento nos prazos avençados, reserva-se a Contratante o direito de pagar o valor da nota Fiscal/Fatura, somente no mês subsequente sem alteração de valor, ou aplicação de qualquer cominação legal;

19.4 Cada pagamento somente será efetuado após a comprovação pela contratada de que se encontra em dia com suas obrigações para o sistema social, mediante apresentação das Certidões Negativas de Débitos com o INSS, FGTS, as FAZENDAS MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL e TRABALHISTA.

20. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

20.1 O presente contrato terá vigência de **1 (um) ano**, contado a partir da data de sua assinatura, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

20.2 O prazo para entrega dos equipamentos semafóricos será contado a partir da assinatura do contrato, conforme estabelecido no Termo de Referência.

20.3 Após o recebimento e a aprovação dos equipamentos pela Prefeitura Municipal de Vilhena/RO, a contratada deverá proceder à instalação, configuração, implantação completa e funcionamento integral do sistema, no prazo definido no Termo de Referência.

20.4 A designação do Gestor do Contrato será realizada de forma formal e fundamentada, no curso do regular andamento do processo administrativo, observando-se a disponibilidade, a qualificação técnica e a compatibilidade das atribuições do servidor designado, em atendimento ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

21. DAS RETENÇÕES

21.1 O contratante reterá, na fonte imposto de renda, nos termos da instrução normativa nº 1234/2012, da Receita Federal do Brasil, sob a aplicação da prevista nesta instrução normativa, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº 9.430/1996, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta municipalidade conforme a instrução normativa nº 2145, de 26 de junho de 2023.

21.2 As hipóteses de retenção na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa da retenção, nos termos da IN RFB nº 1234/2012.

21.3 As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1988, devendo a contratada observar a IN RFB nº 1234/2012 quando do envio dos documentos fiscais.

22. DO CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 8.213 DE 1991 E DECRETO FEDERAL Nº 9.579/2018

22.1 A contratada deve cumprir a cota de contratação de aprendizes conforme o artigo 51 do Decreto Federal nº 9.579, de 22 de novembro de 2018.

22.2 A contratada deve cumprir a cota de pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social conforme o artigo 93 da Lei Federal nº 8.213 de 1991.

22.3 A contratante fiscalizará o cumprimento da cota de contratação de aprendizes conforme o artigo 51 do Decreto Federal nº 9.579, de 22 de novembro de 2018 e da cota de pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social conforme o artigo 93 da Lei Federal nº 8.213 de 1991.

23. DO REAJUSTE CONTRATUAL

23.1 O Reajuste dos valores contratual terá como data base o orçamento estimado conforme o §7º do artigo 25 da Lei Federal nº 14.133 de 2021;

23.2 Deve ser observado o princípio da anualidade para o reajuste;

23.3 O índice a ser utilizado para o reajuste contratual será o IPCA e, em caso de sua extinção, outro que venha lhe suceder.

24. DA RESCISÃO DO CONTRATO

24.1 A inexecução total ou parcial deste contrato enseja a possibilidade de sua rescisão, a critério da Administração, conforme disposto nos artigos 137 a 139, artigos 155 a 156 da Lei nº 14.133/2021, sendo devidamente motivados nos autos do processo e assegurados o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA.

24.2 A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

24.3 O CONTRATADO reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão Administrativa prevista nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

24.4 A rescisão determinada por ato unilateral da Administração, conforme Art. 139, IV, da Lei 14.133/2021 acarreta a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração e das multas aplicadas.

25. DO GESTOR DO CONTRATO

25.1 Cabe ao Município, a seu critério e através de um funcionário designado pelo Secretário Municipal de Transportes e Trânsito, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução do objeto deste termo e do comportamento do pessoal da Contratada, sem prejuízo da obrigação deste de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados.

25.2 As exigências e a atuação da fiscalização pela CONTRATANTE em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto.

25.3 O Gestor do Contrato terá como responsabilidade o controle, a fiscalização e o acompanhamento da aquisição do objeto do Termo de Referência.

26. DAS PENALIDADES

26.1 Comete infração administrativa, nos termos do Art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato ou seu equivalente;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato (ou retirar seu equivalente) ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato ou seu equivalente;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou seu equivalente;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

26.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções (Art. 156 da Lei nº 14.133/2021):

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar;

26.3 Na aplicação das sanções serão considerados (Art. 156, §1º da Lei nº. 14.133/21):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública.

26.4 A sanção prevista na alínea a do item 26.2 deste Instrumento será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea a do item 13.1 deste Instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156º, §2º da Lei nº. 14.133/21).

26.5 A sanção estabelecida na alínea b do item 26.2 deste Instrumento, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº. 14.133/2021.

26.6 A sanção prevista na alínea c do Item 26.2 deste Instrumento, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

26.7 A sanção prevista na alínea d do Item 26.2 deste Instrumento, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº. 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas

previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do mesmo artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

26.8 A sanção estabelecida alínea d do Item 26.2 deste Instrumento será precedida de análise jurídica e observará a seguinte regra:

26.8.1 quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de secretário municipal;

26.9 As sanções previstas nas alíneas a, c e d do Item 26.2 deste Instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea a do mesmo item.

26.10 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

26.11 A aplicação das sanções previstas no item 26.2 deste Instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

26.12 Na aplicação da sanção prevista na alínea b do Item 26.2 deste Instrumento, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (Art. 157 da Lei nº. 14.133/21).

26.13 A aplicação das sanções previstas na alínea c e d do item 26.2 deste Instrumento requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

26.14 Os atos previstos como infrações administrativas da Lei nº. 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

27. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124, da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

28. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

Fica este Contrato vinculado ao Edital de Pregão Eletrônico nº 003/2026/SEMTRAN, e a proposta de preços constante no Processo Administrativo nº 21093/2025, bem como as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, cujas disposições integram este instrumento.

29. DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

É vedada a cessão ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente contrato (ou equivalente) por qualquer das partes, sem prévia e expressa autorização da outra. Não será permitida a subcontratação ou terceirização do objeto contratado.

30. DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

Dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados de sua assinatura, o Município providenciará a publicação, em resumo do presente Contrato.

31. DOS TRIBUTOS E DESPESAS

Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução de seu objeto.

32. DO FORO (art. 92, § 1º)

O foro do presente Termo será o da Comarca de Vilhena (RO), excluído qualquer outro. E por estarem de acordo é registrado o Extrato do presente Contrato à fl. do livro 001 - Vol. I, da Procuradoria Geral do Município desta Prefeitura, o qual depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes CONTRATANTES e por duas testemunhas que a tudo assistiram, sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias.

Vilhena, de de 2026.

PELO MUNICÍPIO

PELA CONTRATADA

Flori Cordeiro de Miranda Junior
PREFEITO MUNICIPAL

.....
.....

.....
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE
TRANSPORTE E TRÂNSITO**

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

Visto:

.....
PROCURADOR MUNICIPAL